

Arinos: 'Vou presidir a Comissão da Constituinte'

BRASILIA — "Se eu não morrer antes, seguirei a tradição de minha família e presidirei a Comissão da Constituinte" — afirmou ontem o jurista Afonso Arinos, depois de passar duas horas no Congresso, onde conversou com os Presidentes da Câmara, Ulysses Guimarães, e do Senado, José Fragelli e respondeu às perguntas de um grupo de estudantes da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília.

Arinos, inicialmente, evitou considerações sobre a Comissão, alegando que "por enquanto, ela inexistente". Também não queria falar sobre as várias formas de convocação da Constituinte. Em sua conversa com Ulysses e Fragelli, assistida pelos jornalistas, limitou-se a reminiscências sobre a extinta UDN, da qual foi inclusive Líder.

Na conversa com os repórteres, o jurista reconheceu que adotava um estilo pessedista ao falar evasivamente sobre a

Comissão, mas voltou a uma posição udenista ao responder o que classificou de "uma grande provocação" — uma

pergunta sobre o que achava da crítica do Presidente da OAB, Herman Assis Baeta, de que a Comissão é dispensável.

— É fácil fazer restrição à coisa de que não se participa — respondeu.

Mais tarde, Arinos comentou que reagia com ironia porque o comentário do Presidente da OAB foi irônico:

— Não sei de quem foi a provocação, se do jornalista ou do Presidente da OAB — afirmou. — Não gosto de ser provocado. Provocado, reajo. Nem sei quem é o Presidente da OAB. Vocês sabem.

O jurista tentou também pôr um fim ao que chamou de "entusiasmo noticioso" — a divulgação pela imprensa de supostas divergências suas com o Ministro da Justiça, Fernando Lyra. Ele reafirmou que a Comissão "não pode se limitar a um departamento político do Governo" (no caso o Ministério da Justiça) porque a Constituinte abrange todos os setores. Segundo Arinos, esta posição baseia-se principalmente na conversa que teve por telefone com o então Presidente eleito Tancredo Neves, ao ser convidado para presidir a Comissão:

Lembro-me muito bem das palavras de Tancredo ao telefone: "Ministro, pobre quando bate na porta de rico é para pedir". Respondi que ele não pedia, mandava — esclareceu.

Após conversar generalidades com Ulysses e Fragelli, Arinos trançou-se com o Presidente da Câmara em uma sala da Presi-

dência do Senado e conversaram durante 40 minutos. A saída, revelou não ter percebido em Ulysses nenhuma restrição à formação da Comissão:

— O Deputado Ulysses Guimarães ponderou que a convocação da Constituinte deve ser primordial. Concordei com ele que, primeiro, devem ser vencidas as etapas iniciais do processo de convocação e, depois, formar-se a Comissão — disse.

A Saída do Gabinete da Presidência do Senado, Afonso Arinos foi cercado por um grupo de estudantes da UnB, onde fará hoje uma palestra sobre seu pai, Afrânio de Melo Franco:

— Há muito tempo que só dou aula para Doutorados. Meus assistentes é que cuidam do Curso Básico, mas vamos ver o que vocês querem de mim — saudou os estudantes.

'Primeiro devem ser vencidas as etapas iniciais da convocação. Depois, forma-se a Comissão'

— Professor, como o Senhor entende que deve ser a autonomia do Poder Judiciário? — perguntou uma garota.

— Depende do sistema de Governo. Varia do regime presidencialista ao parlamentarista. Em muitos casos, funciona como corte de casação, pelo menos é minha opinião — respondeu Arinos.

— Professor, a quem cabe a convocação do Poder Constituinte originário?

— Não existe "poder constituinte originário". Só existe teoricamente, quando se instala a ruptura do poder, quando há um lapso de poder.

— Qual o Poder que deve convocar a Constituinte?

— Não posso dizer, não participo de nenhuma faixa do Poder. Há dois anos, em conferência aqui no Congresso, defendi a tese de uma resolução legislativa. Hoje, não defendo mais. Mas pode ser também através da convergência de Poderes, como parece estar acontecendo, ou através de um plebiscito, como sugere o meu ex-aluno Célio Borja.

— Como um Legislativo limitado tem força para mudar a Constituição?

— Ele pode ter força porque, no caso, deixa de ser Legislativo e passa a ser Poder Constituinte.

Em seguida, a contragosto, Afonso

Arinos acabou respondendo a algumas perguntas dos jornalistas, entre elas como ficariam os Senadores que, com a convocação da Constituinte, ainda teriam mandato a cumprir. Em sua opinião, estes Senadores representam uma fração insignificante de votos e sua participação na Constituinte não pode ser decidida através de um plebiscito. Ele acha que esta questão se resolverá facilmente, mas não adiantou de que forma.

Cauteloso ao falar da participação do Judiciário na elaboração da Constituinte, Arinos rejeitou o argumento de que a participação deste Poder criaria constrangimentos no caso de haver tentativas de impugnações ao processo de convocação da Constituinte. Em seu entender, o envolvimento do Judiciário aconteceria em clima de consenso nacional a respeito da Constituinte.

Ao voltar a abordar a questão levantada pelo Presidente da OAB, o jurista considerou dispensável a participação da entidade na Comissão, até porque o trabalho por ela apresentado será (como lhe propôs inicialmente Tancredo Neves) "submetido a um grande debate nacional, quando todos terão oportunidade de participar".

Afonso Arinos fez um histórico da participação de sua família no processo político brasileiro, lembrando que seu avô, Cesário Alvim, fez o regulamento da Constituinte convocada por Deodoro da Fonseca e seu pai presidiu a comissão nomeada por Getúlio Vargas para a Constituinte de 1934. Ele reconheceu que, "no Brasil, as experiências de Constituintes não foram boas porque sempre foram convocadas por Executivos autoritários".

O professor não mostrou constrangimento ao ser perguntado se a participação de seu avô, de seu pai e agora a sua nos processos de convocação de Constituinte não representavam uma forma elitista de se fazer leis. Ao contrário, concordou com a expressão "elitista" e considerou isto uma coisa natural.

A noite, antes de ser homenageado

A participação do Judiciário não criará constrangimento se ocorrerem casos de impugnação

com um jantar na residência oficial do Governador José Aparecido (onde está hospedado), Arinos considerou pouco provável que o convidado principal da reunião, Presidente José Sarney, tomasse a iniciativa de abordar a questão da Comissão.

— Conheço bem o Sarney. Ele tratará deste assunto comigo em momento mais oportuno — observou.

ção da Constituinte — afirmou que, até meados do segundo semestre, a questão da convocação estará equacionada.

Entretanto, com nenhum dos políticos que recebeu ontem, o Presidente comentou as declarações do Presidente da Câmara e do PMDB, Ulysses Guimarães, de que não há garantias de convocação da Constituinte.



Entre Fragelli e Ulysses, Arinos expõe seus planos para a Comissão

Relator quer plebiscito para definir convocação

BRASILIA — O Deputado João Gilberto (PMDB-RS), relator da Comissão Interpartidária para Reformas Eleitoral e Partidária, defendeu ontem a realização de um plebiscito para definir o ato convocatório da Assembléia Nacional Constituinte, "estabelecendo-se, assim, o poder constituinte originário".

Ele lembrou que a proposta de convocação da Constituinte através de plebiscito foi encaminhada ao então Presidente eleito Tancredo Neves pelo próprio PMDB, no documento "Programa da Nova República".

Para resolver a polémica sobre o poder constituinte dos 23 Senadores eleitos em 1982 e que têm mandato até 1990, João Gilberto sugeriu outro plebiscito, durante a eleição; na cédula eleitoral seria colocada a pergunta ao eleitor sobre se ele con-

cordaria em dar, ou não, poderes constituintes a tais Senadores. Para os analfabetos, segundo ele, poderia ser usada a cor: verde, por exemplo, para o "sim" e vermelho para o "não".

O Deputado não concorda com a alternativa de ficarem os Senadores de 1982 restritos ao exame das leis ordinárias que serão revistas em consequência das decisões da Constituinte a da nova Carta que dela advirá. A discussão, segundo ele, é se esses Senadores serão ou não constituintes. O plebiscito, acentua, poderia decidir desde já essa legitimidade.

O Relator não quis comentar a decisão do Supremo Tribunal Federal de não participar do ato convocatório da Constituinte. Ele fizera essa sugestão em discurso na Câmara.

Ulysses: esboço é só sugestão

BRASILIA — O Presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, disse ontem que o anteprojeto de Constituição a ser elaborado por uma comissão nomeada pelo Governo será uma sugestão colocada no mesmo nível de outras que poderão ser encaminhadas à Assembléia Nacional Constituinte.

— Qualquer entidade pode fazer o seu projeto; qualquer cidadão pode apresentar sugestão — afirmou Ulysses afastando a possibilidade de interferência da Comissão na soberania da Constituinte, pois acha válida a apresentação de sugestões, lembrando que as Constituições de outros países democráticos também poderão ser utilizadas com o mesmo fim.

Aureliano antevê reforma em 1987

BRASILIA — O Ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, só acredita na possibilidade de uma nova reforma partidária a partir da Constituinte, quando a discussão dos grandes temas políticos, econômicos e sociais ensejaria uma redefinição do quadro atual.

O Ministro se diz motivado e entusiasmado com a tarefa de formação e consolidação do PFL, do qual é Presidente da Honra, e por isso não o empolgam as teses de fusão do PFL com a ala dissidente do PDS.

Entretanto, ressalva que, como político, nunca se nega a conversar como ocorreu domingo passado com o ex-Ministro Jarbas Passarinho.

Chaves: Atribuição para definir a forma de convocação é do Congresso

BRASILIA — O Presidente da Comissão Interpartidária, Senador Aloysio Chaves (PDS-PA), disse ontem que o Congresso Nacional tem a atribuição indeclinável de construir uma solução política para a convocação da Assembléia Nacional Constituinte "a fim de restaurar em sua plenitude o regime democrático, maior desejo do povo brasileiro".

Sua fórmula prevê que o Presidente da República dirija ao Poder Legislativo mensagem propondo a Convocação da Constituinte, "pela forma que o Congresso Nacional julgar adequada, a ser eleita em 15 de novembro de 1986".

A seguir, o Congresso, mediante resolução legislativa aprovada por 2/3 e depois de entendimento prévio entre todos os partidos políticos, convocaria a Constituinte, fixando o prazo para elaboração da nova Carta, quorum para votação e normas para a administração pública durante esse período através de lei delegada, definindo claramente os parâmetros para atuação da administração federal.

Ele ressaltou, entretanto, ser inteiramente inconveniente a participação, nesta fase preliminar, do Judiciário, que deve ficar à margem desse processo, embora nele possa incluir posteriormente.

Lyra: Projeto ficará pronto até novembro

O Ministro da Justiça, Fernando Lyra, debateu na tarde de ontem no Rio a convocação da Assembléia Constituinte com uma platéia de cerca de 200 pessoas no Centro de Ciência da Matemática da Natureza na UFRJ. Segundo disse, o esboço do anteprojeto deverá ficar pronto em novembro para ser submetido à sociedade.

Informou que a Constituinte não terá prazo pré-fixado para elaborar a futura Constituição, mas observou que em meados de 1987 o País terá uma nova Carta Magna. Anunciou também que o Governo promoverá uma ampla campanha popular para explicar ao povo o que é e qual a importância da Assembléia Constituinte.

A regulamentação da eleição em dois turnos para as Prefeituras e a coligação partidária serão aprovadas pelo Congresso, através do voto de liderança, ainda esta semana, revelou Lyra, após telefonema ao Líder do PMDB na Câmara, Pimenta da Veiga.

— Vamos definir as regras do jogo esta semana. É possível que amanhã (hoje) ou quinta-feira já tenhamos uma solução para este caso — salientou Lyra, esclarecendo que o Governo considera desnecessário uma votação específica do Congresso porque entende que a Emenda número 25 esgota o assunto.

Segundo Lyra, a eleição em dois turnos é fundamental para o processo democrático. Após salientar que o PMDB também não gostou do fim das sublegendas, "mas acatou o Congresso", o Ministro disse que as regras para as próximas eleições não serão retardadas pelas reações contrárias de outros partidos aos dois turnos.

O Ministro da Justiça disse que a tendência do PMDB será coligar-se com o PFL em vários Estados. Citou Sergipe e Ceará e ressaltou que a coligação poderá ser possível também em Pernambuco se em Recife o candidato peemedebista for o Deputado Jarbas Vasconcelos.

— A Aliança Democrática poderá até sair fortalecida desta eleição — afirmou Lyra, negando que o pleito em dois turnos possa abalar a sustentação política do Governo.

Na ESG, defesa do pacto político

O Ministro da Justiça, Fernando Lyra, defendeu ontem o pacto político pregado pelo Presidente José Sarney ao falar sobre "A viabilidade nacional e o exercício da democracia" para os estagiários da Escola Superior de Guerra, no Rio.

Segundo Lyra, o mais importante passo para a manutenção do equilíbrio é a convocação da Assembléia Constituinte. Mas, para que o País chegue à Constituinte, eleita de forma livre e soberana, assegure seu funcionamento e respeite suas conclusões, será necessário longo e cuidadoso trabalho com um cronograma sócio-político-econômico, "que o Presidente Sarney decidiu, apropriadamente, chamar de pacto político".

Fernando Lyra ressaltou que os líderes nacionais, políticos, militares, sindicalistas devem entender que durante o período da Constituinte não é o interesse individual, não é o futuro eleitoral e imediato de cada um, "mas o futuro histórico de toda a Nação, que dependerá de cada voto, de cada decisão".

Lyra disse que, apesar das greves, do desemprego, da fome, da dívida externa, da inflação e da pobreza, o Brasil é um país viável, mas observou:

— É preciso que o primeiro passo desta viabilidade seja a definição do que é viável para sua sociedade, em conformidade com seus recursos e com sua independência.

Sarney ouve de jurista o que Tancredo queria

BRASILIA — O Presidente José Sarney e o jurista Afonso Arinos jantaram ontem na residência do Governador do Distrito Federal, José Aparecido, quando o ex-Chanceler (segundo o assessor Fernando César Mesquita) teve oportunidade de expor o que ele e Tancredo Neves conversaram sobre a Comissão Pré-Constituinte.

Antes de deixar o Planalto, Sarney teve

um demorado despacho com Célio Borja, que é encarregado de prestar-lhe assessoria política, inclusive para assuntos relacionados com a Constituinte.

Horas antes, durante audiência a liderança do Partido Comunista Brasileiro (PCB), Sarney — a um comentário de Giocundo Dias sobre a necessidade de cumprimento da promessa de convoca-